



Anais da Assembléia

Nº 21

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, 05 DE ABRIL DE 1982

ANO VIII

Resoluções.

RESOLUÇÃO N.º 01/82

DATA. 1.º de abril de 1982.

SÚMULA: Autoriza a realização de Plebiscito na área que especifica, do Município de Guarapuava, para que a respectiva população se manifeste sobre a criação do Município de Turvo.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1.º — Fica autorizada a realização de plebiscito, na área adiante descrita, do Município de Guarapuava, para que a respectiva população se manifeste sobre a criação do Município de TURVO:

Começa na barra do rio Piquiri com o rio Caçador ou Cachoeira, segue pelo rio Piquiri até a barra com o rio Paiquerê; por este até encontrar sua cabeceira, deste ponto por linha seca, até encontrar a cabeceira do arroio Passo do Jacu, até encontrar a rodovia asfaltada PR-460; daí segue por estrada Municipal GA-313, até encontrar a estrada GA-104; segue pela citada estrada até encontrar o rio Marrecas; segue por este no sentido descendente, até encontrar a estrada municipal GA-356; deste ponto segue por linha seca, rumo Este, até encontrar o rio São Francisco, por este, no sentido descendente, até encontrar a divisa com o Município de Prudentópolis; segue pela divisa (linha seca) até encontrar o arroio da Areia; por este, abaixo, até encontrar o rio Marrecas; por este até encontrar sua foz no rio São Francisco, de cuja junção é formado o rio Belo e por este até sua foz com o rio Ivaí; por este, confrontando com o Município de Cândido de Abreu, até encontrar a barra do rio Pedrinho, segue por este, confrontando com o Município de Pitanga, até sua confluência com o rio Bonito; por este, até encontrar a linha divisória (linha seca) e deste ponto até encontrar o rio Caçador ou Cachoeira, pelo referido rio até sua barra (confluência) com o rio Piquiri, ponto de partida.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX de Dezembro", em 01 de abril de 1982.

JOÃO MANSUR

Presidente

RESOLUÇÃO N.º 02/82

DATA: 1.º de abril de 1982.

SÚMULA: Autoriza a realização de plebiscito na área que especifica do Município de Guarapuava, para que a respectiva população se manifeste sobre a criação do Município de Santa Galo.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1.º — Fica autorizada a realização de plebiscito, na área adiante descrita, do Município de Guarapuava, para que

a população decida sobre a criação do Município de Santa Galo.

Começa na barra (confluência) com o rio Cachoeirinha e rio Piquiri, segue pelo rio Piquiri, no sentido descendente, até encontrar a barra com o rio Barreiro, segue pelo rio Barreiro, no sentido ascendente até encontrar a barra com o Arroio Cinco Voltas, pelo referido arroio, no sentido ascendente, até encontrar a linha seca, que divide com o Município de Laranjeiras do Sul, pela linha seca, que divide os Municípios de Laranjeiras do Sul e Guarapuava, até encontrar o rio Santa Galo, segue pelo citado rio Santa Galo, no sentido descendente, até encontrar a barra com o rio Cavernoso, segue pelo rio Cavernoso no sentido ascendente, até a barra com o rio do Poço, pelo rio do Poço, no sentido ascendente, até encontrar a estrada Municipal GA-149, segue pela citada estrada, até encontrar a GA-132; segue pela estrada até encontrar o rio Cachoeirinha, no sentido descendente até encontrar a barra com o rio Piquiri, onde teve início esta descrição.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX de Dezembro", em 01 de abril de 1982.

JOÃO MANSUR

Presidente

4.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9.ª LEGISLATURA

ATA DA 19.ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 05 DE ABRIL DE 1982

SEGUNDA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos Srs. Deputados José Domingos Scarpelini e Nilso Sguarezi.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur, Gilberto Carvalho, Fiori Luiz, Augusto Carneiro, Nilso Sguarezi, Ezequias Losso, Edilson Alencar, Adalberto Daros, Airtton Cordeiro, Antônio Cotrim, Antônio Facci, Basílio Zanusso, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, Del Ciel, Deni Schwartz, Egon Pudell, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gernote Kirinus, Gilberto Agibert Filho, João Elísio, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto de Oliveira, Mário Celso, Nelson Friedrich, Nelson Buffara, Nestor Baptista, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quíelse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes. (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão

anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE

Mensagens:

Mensagem n.º 36/82

Curitiba, 23 de março de 1982.

Sr. Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio n.º 53/81-A, celebrado em 11 de dezembro de 1981, entre o Estado do Paraná e a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul-SUDESUL, firmado, também, pela Secretaria de Estado da Saúde e do Bem-Estar Social e pela Fundação de Promoção Social do Paraná - PROMOPAR, objetivando dar continuidade à execução do "Programa de Migrações Internas", no Estado do Paraná.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) NEY BRAGA

Governador do Estado

— Ao Departamento Legislativo.

Mensagem n.º 37/82

Curitiba, 23 de março de 1982

Sr. Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de convênios celebrados em 11 de fevereiro de 1982, entre o Estado do Paraná e os Municípios de Altônia, Araruna, Centenário do Sul, Cidade Gaúcha, Cruzeiro do Oeste, Diamante do Norte, Doutor Camargo, Flórida, Goioerê, Grandes Rios, Guairaçá, Icaraíma, Indianópolis, Iporã, Itambé, Jandaia do Sul, Janiópolis, Jataizinho, Jussara, Mamborê, Marumbi, Nova Aliança do Ivaí, Ourizona, Paranacity, Paranaíba, Porto Rico, Sabáudia, Santa Cecília do Pavão, Santa Cruz do Monte Castelo, Santo Antônio do Caiuá, São Carlos do Ivaí, São Tomé, Tapira, Terra Roxa, Umuarama e Xambê, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana, conforme Programa Especial de Controle da Erosão do Solo no Noroeste do Paraná - PRONOROESTE.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) NEY BRAGA

Governador do Estado

— Ao Departamento Legislativo.

Mensagem n.º 38/82

Curitiba, 23 de março de 1982.

Sr. Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do convênio de cooperação celebrado em 29 de dezembro de 1981, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública e o Município de MARECHAL CÂNDIDO RONDON, figurando como interveniente o Departamento de Trânsito,

objetivando harmonização das diretrizes de serviços de trânsito com os estudos de planejamento urbano do referido município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) NEY BRAGA

Governador do Estado

— Ao Departamento Legislativo.

Mensagem n.º 39/82

Curitiba, 23 de março de 1982.

Sr. Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do quarto termo aditivo datado de 03 de fevereiro de 1982, ao convênio EBTU-008/80 celebrado em 14 de fevereiro de 1980, entre o Estado do Paraná e o Ministério dos Transportes, com a interveniência da Empresa Brasileira dos Transportes Urbanos, da Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes, do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba e da Prefeitura Municipal de Curitiba, objetivando conjugação de esforços dos Governos da União, do Estado e dos Municípios, para a execução do "Programa de Transportes Alternativos para Economia de Combustíveis".

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) NEY BRAGA

Governador do Estado

— Ao Departamento Legislativo

Mensagem n.º 40/82

Curitiba, 30 de março de 1982.

Sr. Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva dar nova estrutura ao quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Alçada.

A medida ora encaminhada a essa augusta Casa de Leis consubstancia o resultado de estudos conjuntos das Secretarias de Estado dos Recursos Humanos, das Finanças e do Planejamento, feitos em decorrência da proposta que me foi encaminhada pela Presidência do egrégio Tribunal de Alçada, através do Ofício n.º 808/81, de 28 de dezembro próximo passado, cujo inteiro teor, para mais detalhados esclarecimentos, segue em anexo, por cópia autêntica.

Outrossim, conforme consta do supra-citado Ofício da Presidência daquele tribunal, solicito que a matéria aqui tratada seja apreciada, por essa augusta Assembléia Legislativa, na forma prevista pelo § 3.º, do artigo 25 da Constituição Estadual.

Certo de que a proposição merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) NEY BRAGA

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º — O Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Alçada, composto de cargos de provimento efetivo e em comissão, fica estruturado na forma dos Anexos I, II, III, IV e V, que integram esta lei.

Art. 2.º — A denominação, classificação, número, códigos, níveis e símbolos de vencimentos dos cargos passam a ser os constantes dos precitados Anexos, ficando distribuídos de acordo com as respectivas Tabelas.

Art. 3.º — De acordo com a qualificação profissional, o Quadro de Pessoal é dividido em quatro (04) Grupos Ocupacionais.

I. Grupo Ocupacional de Administração Superior, subdividido em duas séries:

- a) Série I — Direção e Assessoramento Superior — Anexo I — Tabela I.
- b) Série II — Assessoramento e Atividades Superiores — Anexo I — Tabela II

II. Grupo Ocupacional de Apoio Administrativo: Anexo II — Tabelas I e II.

III. Grupo Ocupacional Técnico Especializado: Anexo III — Tabelas I e II.

IV. Grupo Ocupacional de Manutenção e Oficinas: Anexo IV — Tabela Única.

Art. 4.º — Os cargos de provimento em Comissão, constantes da Tabela I do Anexo I, são privativos de Bacharel em Direito, sendo que os de Diretor de Departamento e Assessor de Planejamento poderão ser ocupados por portador de diploma de curso superior correspondente à natureza da função a ser desempenhada.

Art. 5.º — Os cargos de provimento efetivo, previstos na Tabela II do Anexo I, são privativos de portadores de diploma de curso superior, correspondente à respectiva habilitação profissional exigível para o exercício do cargo.

Parágrafo único — Os ocupantes dos cargos de que trata este artigo perceberão gratificação de produtividade em correspondência àquela atribuída a cargos correlatos no âmbito do Poder Judiciário.

Art. 6.º — Os atuais cargos de Assistente Jurídico do Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Alçada passam a ter a denominação de Assessor Jurídico.

Art. 7.º — Aos níveis iniciais das diversas carreiras previstas no Anexo I, Tabela II, terão acesso os funcionários estáveis do Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Alçada, portadores de Diplomas de cursos superiores pertinentes, após processo seletivo de caráter competitivo, sendo que as vagas remanescentes serão objeto de concurso público.

Art. 8.º — Os atuais cargos em comissão de Diretor Secretário - DAS-3 e Chefe de Gabinete da Presidência - DAS-5, passam a ter a denominação e simbologia de Secretário do Tribunal de Alçada - DAS-2 e Diretor de Gabinete do Presidente - DAS-4, assegurados aos atuais e anteriores ocupantes, os direitos previstos em lei, adquiridos pelo exercício dos sobreditos cargos.

Art. 9.º — Aos cargos iniciais da carreira de Oficial Judiciário, terão acesso os ocupantes de cargos finais da carreira de Auxiliar Judiciário, que guardam correlação, observados os critérios legais.

Art. 10 — Os atuais ocupantes de cargos de Motorista e Servente serão enquadrados, respectivamente, nas classes de Agente de Serviço Externo e Agente de Conservação, consoante Tabela do Anexo IV.

Art. 11 — Os enquadramentos decorrentes desta lei serão procedidos por ato do Presidente do Tribunal de Alçada, ouvida previamente a Comissão de Concurso.

Art. 12 — Aplica-se aos funcionários do Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Alçada, o disposto no art. 15, da Lei n.º 7424, de 17.12.80.

Parágrafo único — Os servidores inativos, aposentados ou postos em disponibilidade em cargos sem correspondência direta com os desta lei, terão os respectivos proventos ou vencimentos reajustados na forma deste artigo, considerando-se a situação de proporcionalidade de remuneração em que se encontravam por ocasião das respectivas inatividades.

Art. 13 — Os cargos constantes das Tabelas dos Anexos I, II, III e IV, que não existiam na estrutura anterior, ficam criados por esta lei, com as respectivas denominações, número e remunerações previstas nas respectivas Tabelas.

Art. 14 — As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias do Tribunal de Alçada.

Art. 15 — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

ANEXO I
GRUPO OCUPACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR
SÉRIE I
DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO SUPERIOR
TABELA I
CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

Simbologia	Denominação de cargos	Número
DAS-2	Secretário do Tribunal de Alçada	1
DAS-4	Diretor de Gabinete do Presidente	1
DAS-4	Diretor de Departamento	3
DAS-5	Assessor de Recursos	1
DAS-5	Assessor de Planejamento	1
DAS-5	Assessor Judiciário	15

ANEXO I
GRUPO OCUPACIONAL SUPERIOR
SÉRIE II
ASSESSORAMENTO E ATIVIDADES SUPERIORES
TABELA II
CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO

Código	Nível	Denominação de Cargos	Número
PJ-TA-100	1	Assessor Jurídico	3
PJ-TA-100	2	Assessor Jurídico	3
PJ-TA-100	3	Assessor Jurídico	4
PJ-TA-105	4	Contador	1
PJ-TA-105	5	Contador	1
PJ-TA-108	4	Assistente Técnico Administrativo	1
PJ-TA-108	5	Assistente Técnico Administrativo	1
PJ-TA-110	5	Bibliotecário	1
PJ-TA-110	6	Bibliotecário	1
PJ-TA-112	5	Programador de Computador	1
PJ-TA-112	6	Programador de Computador	1

ANEXO II
GRUPO OCUPACIONAL DE APOIO ADMINISTRATIVO
TABELA I
CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

Simbologia	Denominação de Cargos	Número
1 - C	Assessor de Gabinete do Presidente	2
1 - C	Assessor de Gabinete do Vice-Presidente	1
1 - C	Assessor de Gabinete do Secretário do Tribunal de Alçada	1
15 - C	Auxiliar de Gabinete do Presidente	1
15 - C	Auxiliar de Gabinete do Secretário do Tribunal Alçada	1

ANEXO II
GRUPO OCUPACIONAL DE APOIO ADMINISTRATIVO
TABELA II
CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO

CÓDIGO	NÍVEL	DENOMINAÇÃO DE CARGOS	NÚMERO
PJ-TA-200	6	OFICIAL JUDICIÁRIO	7
PJ-TA-200	7	OFICIAL JUDICIÁRIO	6
PJ-TA-200	8	OFICIAL JUDICIÁRIO	5
PJ-TA-200	9	OFICIAL JUDICIÁRIO	5
PJ-TA-200	10	OFICIAL JUDICIÁRIO	5
PJ-TA-201	11	AUXILIAR JUDICIÁRIO	4
PJ-TA-201	12	AUXILIAR JUDICIÁRIO	5
PJ-TA-201	13	AUXILIAR JUDICIÁRIO	5
PJ-TA-201	14	AUXILIAR JUDICIÁRIO	5
PJ-TA-201	15	AUXILIAR JUDICIÁRIO	6

ANEXO III
GRUPO OCUPACIONAL TÉCNICO ESPECIALIZADO
TABELA I
CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

SIMBOLOGIA	NÍVEL	DENOMINAÇÃO DE CARGOS	NÚMERO
3 - C		SUPERVISOR DE TRANSPORTE E MANUTENÇÃO	1
3 - C		ELETROTÉCNICO	1

TABELA II
CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO

CÓDIGO	NÍVEL	DENOMINAÇÃO DE CARGOS	NÚMERO
PJ-TA-300	8	OPERADOR DE COMPUTADOR	1
PJ-TA-300	9	OPERADOR DE COMPUTADOR	1

ANEXO IV
GRUPO OCUPACIONAL DE MANUTENÇÃO E OFÍCIOS
TABELA ÚNICA
CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO

CÓDIGO	NÍVEL	DENOMINAÇÃO DE CARGOS	NÚMERO
PJ-TA-401	11	AGENTE DE SERVIÇO EXTERNO	5
PJ-TA-401	12	AGENTE DE SERVIÇO EXTERNO	4
PJ-TA-402	17	AGENTE DE CONSERVAÇÃO	6
PJ-TA-402	18	AGENTE DE CONSERVAÇÃO	6
PJ-TA-403	16	COPEIRO	3
PJ-TA-403	17	COPEIRO	2

ANEXO I
TABELA I
VENCIMENTOS DOS CARGOS EFETIVOS

NÍVEL	VALOR
1	Cr\$ 99.347,00
2	Cr\$ 91.021,00
3	Cr\$ 83.374,00
4	Cr\$ 73.402,00
5	Cr\$ 67.260,00
6	Cr\$ 61.623,00
7	Cr\$ 56.296,00
8	Cr\$ 51.751,00
9	Cr\$ 47.421,00
10	Cr\$ 43.453,00
11	Cr\$ 39.817,00
12	Cr\$ 37.296,00
13	Cr\$ 33.433,00
14	Cr\$ 30.636,00
15	Cr\$ 28.072,00
16	Cr\$ 25.723,00
17	Cr\$ 23.572,00
18	Cr\$ 21.600,00

**ANEXO V
TABELA II
FUNÇÕES GRATIFICADAS**

SIMBOLOGIA	FUNÇÕES E CARGOS
1 - F	Chefe de Divisão
2 - F	Assessor Jurídico, Secretário de Câmara Isolada ou de Grupo, Chefe de Seção.
3 - F	Agente de Serviço Externo, Chefe de Serviço.
4 - F	Oficial Judiciário e Auxiliar Judiciário de Gabinetes, Chefe de Setor
5 - F	Oficial de Justiça e Auxiliar de Câmaras.

**ENQUADRAMENTO
CARGOS PREVISTOS NA TABELA I DO ANEXO I**

ESTRUTURA ATUAL			ESTRUTURA PROPOSTA		
Símbolo	Denominação de Cargos	Nº de Cargos	Símbolo	Denominação de Cargos	N. de Cargos
DAS-3	Diretor Secretário	01	DAS-2	Secretário do Tribunal de Alçada	01
DAS-5	Chefe de Gabinete do Presidente	01	DAS-4	Diretor de Gabinete do Presidente	01
			DAS-4	Diretor de Departamento	03
DAS-5	Assessor de Recursos	01	DAS-5	Assessor de Recursos	01
			DAS-5	Assessor de Planejamento	01
DAS-5	Assessor Judiciário	05	DAS-5	Assessor Judiciário	15

Símbolo	Denominação de Cargos	Nº de Cargos	Símbolo	Denominação de Cargos	Nº de Cargos
DAS-3					

**ENQUADRAMENTO
CARGOS PREVISTOS NA TABELA II DO ANEXO I**

ESTRUTURA ANTERIOR			NOVA ESTRUTURA			
Níveis	Denominação de Cargos	Nº de Cargos	Código	Níveis	Denominação de Cargos	Nº de Cargos
PJ-TA-3	Assistente Jurídico	03	PJ-TA-100	1	Assessor Jurídico	03
PJ-TA-2	Assistente Jurídico	03	PJ-TA-100	2	Assessor Jurídico	03
PJ-TA-1	Assistente Jurídico	04	PJ-TA-100	3	Assessor Jurídico	04
PJ-TA-1	Contador	01	PJ-TA-105	4	Contador	01
			PJ-TA-105	5	Contador	01
PJ-TA-2	Assist. Téc.-Adm.	01	PJ-TA-108	4	Assist. Téc.-Adm.	01
			PJ-TA-108	5	Assist. Téc.-Adm.	01
TA-30	Bibliotecário	01	PJ-TA-110	5	Bibliotecário	01
			PJ-TA-110	6	Bibliotecário	01
			PJ-TA-112	5	Programador de Computador	01
			PJ-TA-112	6	Programador de Computador	01

ENQUADRAMENTO

CARGOS PREVISTOS NA TABELA I DO ANEXO II

ESTRUTURA ATUAL			ESTRUTURA PROPOSTA		
SÍMBOLO	DENOMINAÇÃO DE CARGOS	NÚMERO	SÍMBOLO	DENOMINAÇÃO DE CARGOS	NÚMERO
3- C	Oficial de Gabinete do Presidente	02	1 - C	Assessor de Gabinete do Presidente	02
3-C	Oficial de Gabinete do Vice-Presidente	01	1 - C	Assessor de Gabinete do Vice-Presidente	01
3-C	Oficial de Gabinete do Diretor Secretário	01	1 - C	Assessor de Gabinete do Secretário	01
			15 - C	Auxiliar de Gabibete do Presidente	01
			15 - C	Auxiliar de Gabinete do Secretário	01

ENQUADRAMENTO

CARGOS PREVISTOS NA TABELA II DO ANEXO II

ESTRUTURA ANTERIOR			NOVA ESTRUTURA			
Níveis	Denominação de Cargos	Nº de cargos	Código	Níveis	Denominação de Cargos	Nº de cargos
TA-27	Oficial Judiciário	3	PJ-TA-200	6	Oficial Judiciário	07
TA-26	Oficial Judiciário	2	PJ-TA-200	7	Oficial Judiciário	06
TA 25	Oficial Judiciário	2	PJ-TA-200	8	Oficial Judiciário	05
TA-24	Oficial Judiciário	2	PJ-TA-200	9	Oficial Judiciário	05
TA 23	Oficial Judiciário	2	PJ-TA 200	10	Oficial Judiciário	05
TA-22	Oficial Judiciário	2				
TA-21	Oficial Judiciário	2				
TA-20	Oficial Judiciário	2				
TA-19	Oficial Judiciário	3				
TA-18	Auxiliar Judiciário	3	PJ-TA-201	11	Auxiliar Judiciário	04
TA-17	Auxiliar Judiciário	3	PJ-TA-201	12	Auxiliar Judiciário	05
TA-16	Auxiliar Judiciário	4	PJ-TA-201	13	Auxiliar Judiciário	05
TA-16	Datilógrafo	2	PJ-TA-201	14	Auxiliar Judiciário	05
TA 15	Datilógrafo	4	PJ-TA-201	15	Auxiliar Judiciário	06
TA-14	Datilógrafo	5				

ENQUADRAMENTO

CARGOS PREVISTOS NA TABELA II DO ANEXO III

ESTRUTURA ANTERIOR			NOVA ESTRUTURA			
Níveis	Denominação de Cargos	Nº de Cargos	Código	Níveis	Denominação de Cargos	Nº de Cargos
TA-24	Operador de Computador	01	PJ-TA-300	08	Operador de Computador	01
			PJ-TA-300	09	Operador de Computador	01

CARGOS PREVISTOS NA TABELA ÚNICA DO ANEXO III

ESTRUTURA ANTERIOR			NOVA ESTRUTURA		
Simbologia	Denominação de Cargos	Nº de Cargos	Simbologia	Denominação de Cargos	Nº de Cargos
			3-C	Supervisor de Transporte e Manutenção	01
			3-C	Eletrotécnico	01

ENQUADRAMENTO

CARGOS PREVISTOS NA TABELA ÚNICA DO ANEXO IV

ESTRUTURA ANTERIOR			NOVA ESTRUTURA			
Níveis	Denominação de Cargos	Nº de Cargos	Código	Níveis	Denominação de Cargos	Nº de Cargos
TA-20	Motorista	02	PJ-TA-401	11	Agente de Serviço Externo	05
TA-19	Motorista	03	PJ-TA-401	12	Agente de Serviço Externo	04
TA-18	Motorista	04				
TA-13	Servente	03	PJ-TA-402	17	Agente de Conservação	06
TA-12	Servente	03	PJ-TA-402	18	Agente de Conservação	06
TA-11	Servente	03				
TA-14	Copeiro	01	PJ-TA 403	16	Copeiro	03
TA-13	Copeiro	01	PJ-TA-403	17	Copeiro	02
TA-12	Copeiro	02				

Curitiba, 28 de dezembro de 1981.

N.º 808-81-GP

Senhor Governador:

Tenho a honra de passar às mãos de Vossa Excelência, para fins de encaminhamento à augusta Assembléia Legislativa e segundo preconiza a sistemática constitucional de interdependência dos três Poderes do Estado, o anexo anteprojeto de lei que, aprovado em sessão plenária desta Corte, visa a dar nova estrutura ao Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Alçada do Estado, além de adotar providências correlatas.

Dois objetivos fundamentais inspiraram a elaboração do documento:

I — dotar os serviços auxiliares da Secretaria do Tribunal de Alçada, de pessoal qualificado e em número mínimo suficiente, o que proporcionará maior eficácia e celeridade à realização das tarefas que lhe estão afetas,

II — proporcionar aos servidores remuneração condigna à responsabilidade das funções exercidas, sobretudo aos componentes do assessoramento superior, que lastreia as atividades judiciárias deste Sodalício.

Visando a racionalização das tarefas a sua repartição adequada, foi observada a habilitação profissional do contingente humano, instituindo-se grupos ocupacionais específicos à consecução, tão aprimorada quanto possível, dos labores afetos a cada um deles, no que concerne à utilização de pessoal, a principal preocupação no escalonamento proposto foi a de suprir a administração com o mínimo indispensável de auxiliares, ensejando-lhes divisão equitativa de atribuições e condições humanas de trabalho, de tal modo que possibilite o imprescindível desacúmulo à quantidade sempre crescente de incumbências ou responsabilidades.

De conformidade com a consciente noção de atendimento das necessidades em expansão, mas sem esquecer que é imperativo evitar despesas públicas supérfluas, é que o anteprojeto prescreve a criação de novos cargos, no itinerário de uma previsão cautelosa, racional e parcimoniosa, dentro do estritamente necessário para extinguir as deficiências levantadas em cada grupo ocupacional, evitando-se, destarte, a inadequação da estrutura administrativa para fazer frente aos anseios de pronta agilização dos afazeres judiciários que lhe cobra uma população em acentuado crescimento.

É inegável, Senhor Governador, que a reestruturação ora pleiteada, para sua elaboração, levou em consideração a já conhecida exigüidade de espaço disponível a este Tribunal, entende-se conveniente que sejam aumentados, equilibradamente, os números de cargos de certas carreiras, bem como a mudança de denominação de algumas delas. No que se refere aos cargos em comissão, premidos pelas circunstâncias de celeridade e confiança funcional, urge proporcionar aos Senhores Juizes do Tribunal de Alçada um assessoramento jurídico compatível com o sempre crescente volume processual que Suas Excelências vêm, com denodo e abnegação, recebendo e julgando dentro dos limites de lapso temporal que a exigüidade do número de Juizes perante o acúmulo funcional, assim o permitem.

Para tanto, propõe-se a criação:

1 — No Grupo Ocupacional de Administração Superior onde sobreleva a maior necessidade em termos de habilitação profissional e especializada, de 14 (quatorze) cargos em comissão e 5 (cinco) cargos de provimento efetivo, a saber:

3 (três) cargos de Diretor de Departamento - DAS-4;

1 (um) cargo de Assessor de Planejamento - DAS-5;

10 (dez) cargos de Assessor Judiciário - DAS-5;

1 (um) cargo de Contador - PJ-TA-105 - nível 5;

1 (um) cargo de Assistente de Administração - PJ-TA-108 - nível 5;

1 (um) cargo de Bibliotecário - PJ-TA-110 - nível 6;

2 (dois) cargos de Programador de Computador - PJ-TA-112 — níveis 5 e 6.

2 — No Grupo Ocupacional de Apoio Administrativo, encarregado dos serviços burocráticos e do cumprimento imediato de determinações superiores, de 2 (dois) cargos em comissão - 15-C e 12 (doze) cargos de provimento efetivo.

3 — No Grupo Ocupacional Técnico Especializado, a que competem as atividades especializadas e técnicas, de 2 (dois) cargos em comissão — 3-C e 1 (um) cargo de provimento efetivo.

4 — No Grupo Ocupacional de Manutenção e Oficinas, ao qual são atribuídos a conservação do edifício em suas dependências internas destinadas ao Tribunal de Alçada e o atendimento dentro dos respectivos setores, de 4 (quatro) cargos de provimento efetivo.

Finalmente, no que se refere a vencimentos, o anteprojeto estatui, a exemplo do que recentemente ocorreu no Poder Legislativo, no Tribunal de Contas do Estado e no próprio Tribunal de Justiça, uma nova simbologia, estabelecendo uma nivelção de 1 (um) a 18 (dezoito), dentro da qual são abrangidos todos os servidores do Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Alçada. Na nova simbologia implantada, os índices de remuneração previstos pretendem proporcionar melhoria salarial aceitável, condigna, de tal maneira que ao menos atenuem a deterioração dos vencimentos, incontestemente perante a atual conjuntura econômico-financeira nacional; ressalte-se ainda, que os índices salariais em apreço, são os mesmos concedidos por lei recente, aos funcionários do Tribunal de Justiça (Lei n.º 7547, de 10/12/81).

Porque oportuno, Senhor Governador, encareço a Vossa Excelência que faça uso do que dispõe o § 3.º, do artigo 25, da Constituição Estadual, abreviando assim a tramitação deste anteprojeto.

Eram as ponderações que me cabia fazer perante Vossa Excelência, Senhor Governador, de cuja inquestionável visão de homem público e administrador consciente e dinâmico, sempre ofertada aos altos interesses da coletividade, permito-me aguardar as medidas constitucionais que a presente exposição de motivos suscita com a brevidade possível e que antecipadamente agradeço.

Valendo-me da oportunidade, reitero a Vossa Excelência meus protestos de irrestrita consideração, real estima e subido respeito.

(a) CLODOMIR COSTA LIMA

Presidente

— Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM 41/82

Curitiba, 30 de março de 1982.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva acrescentar parágrafos ao art. 2.º, da Lei n.º 7047, de 21 de novembro de 1978, que dispõe sobre a fixação do efetivo da Polícia Militar do Estado do Paraná.

A medida ora proposta a essa augusta Casa de Leis consulta plenamente aos superiores interesses da Administração, eis que, embora não altere a soma do resumo dos quadros de oficiais e de seus postos, previstos na lei n.º 7047/78, virá ensejar melhor distribuição do efetivo pelas Unidades Operacionais da Corporação, não acarretando ônus financeiro, porque, a rigor, trata-se de simples forma de transformação de postos constantes de quadro em extinção, previsto na referida lei, em vagas de oficiais combatentes.

Ademais, vale ressaltar que o assunto objeto desta proposição foi, conforme determinação de Legislação Federal, submetido a exame da Inspeção Geral das Polícias Militares, órgão do Estado Maior do Exército, tendo merecido mani-

festação favorável.

Certo de que a proposição merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) NEY BRAGA
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º — O artigo 2.º da Lei n.º 7047, de 21 de novembro de 1978, que fixa o efetivo da Polícia Militar do Estado do Paraná, fica acrescido dos parágrafos 3.º e 4.º com a seguinte redação:

“§ 3.º — A soma do resumo dos quadros de oficiais e de seus postos, previstos na presente lei (anexo 1), mantém-se constante.”

“§ 4.º — Para aplicação do parágrafo anterior criam-se automaticamente vagas no quadro de oficiais QOPM em equivalência às extintas, em quantidade e postos estabelecidos no resumo dos quadros de oficiais em extinção (anexo 2).”

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

— Ao Departamento Legislativo.

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje um voto de profundo pesar pelo falecimento da Senhora OLGA KOST SCHERER, ocorrido nesta Capital.

Sala das Sessões, em 05 de abril de 1982.

(a) TÚLIO ZANCHET

JUSTIFICATIVA:

Viúva do Coronel Pedro Scherer Sobrinho, a Senhora Olga Kost Scherer deixa, ao falecer aos 92 anos, o filho Dr. Adalberto Scherer Sobrinho, os netos Adalberto, Pedro, Leopoldo, Fernando e Lígia, além de vários bisnetos.

A todos aqueles que deixaram de desfrutar do convívio da Senhora Olga Kost Scherer, em particular aos seus familiares, fica a lembrança de que “A árvore que deu bons frutos não morre, apenas deixa de viver”. E, a família paranaense só pode demonstrar sua gratidão à família que deixou descendência a quem nosso Estado só tem a agradecer.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto plenário, se consigne na ata dos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar, pelo infausto passamento do Senhor SIMÃO PERICH, funcionário público estadual — da receita estadual, ocorrido na cidade de Pitanga.

Solicita, outrossim, que da decisão da Casa se dê ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 05 de abril de 1982.

(a) GILBERTO AGIBERT FILHO

JUSTIFICATIVA:

A morte, traiçoeiramente, ceifou a vida de um dos mais leais e denodados servidores deste Estado, cuja dedicação e exemplar zelo foram apanágios de toda a sua existência, pelos interesses do Estado e de sua Pátria.

Nossa manifestação de solidariedade à família enlutada, se dá pelo fato da grande amizade que tínhamos pelo Senhor SIMÃO PERICH, e pela grande lacuna que deixou no seio das comunidades prudentopolitana e pitanguense.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, a inserção em Ata de um voto de profundo pesar pelo falecimento da Senhora OLGA KOST SCHERER, ocorrido nesta Capital, no dia 31 de março do corrente.

Sala das Sessões, em 05 de abril de 1982.

(a) AIRTON CORDEIRO

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento tem a finalidade de prestar justa homenagem à Senhora OLGA KOST SCHERER, de uma das mais tradicionais famílias paranaenses, viúva do Coronel Pedro Scherer Sobrinho, figura de expressão do nosso Estado. Falecida aos noventa e dois anos de idade, deixando filhos Adalberto Scherer Sobrinho, casado com a Senhora Lucy Szabo Scherer, Adalberto, Pedro, Leopoldo e Lígia Scherer e os netos Fernando e Ildelfonso Fontana, além de vários bisnetos.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, a inserção em Ata de um voto de regozijo pelo transcurso, no dia 02 de abril, do aniversário de fundação do ROTARY CLUB DE CURITIBA NORTE.

Sala das Sessões, em 05 de abril de 1982.

(a) AIRTON CORDEIRO

JUSTIFICATIVA:

O requerimento tem a preocupação precípua de registrar uma justa e indiscutível homenagem ao ROTARY CLUB DE CURITIBA NORTE que completa amanhã, dia dois de abril, vinte anos de ininterruptas atividades. Presidido atualmente por Cláudio Humberto Brenner, o Clube foi fundado no dia três de fevereiro de 1961 e foi admitido em Rotary Internacional no dia dois de abril do ano seguinte. Nesta sexta-feira, o Clube realizará uma sessão especial em homenagem aos sócios fundadores que serão saudados pelo desembargador Luiz Renato Pedrosa. O ROTARY CLUB DE CURITIBA NORTE foi fundado por 31 sócios e no momento conta com 70 membros, representando todas as atividades da sociedade, exercendo a bom termo o espírito de fraternidade, amizade, companheirismo e atuando nas campanhas cívicas, beneméritas e nas demais atividades que caracterizam o ideal de servir o Rotary Internacional.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, a inserção em Ata de um voto de regozijo pela posse da nova Diretoria e Conselho Fiscal da Associação Paranaense de Supermercados - APRAS.

Sala das Sessões, em 05 de abril de 1982.

(a) AIRTON CORDEIRO

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento tem a preocupação primordial de congratular-se com Roberto Demeterco e Ruy Senff, respectivamente novo e ex-Presidente da Associação Paranaense de Supermercados - APRAS. A nova Diretoria é composta dos seguintes nomes: Roberto Demeterco, Fauzer Abdo Calil, Magid Thomé, Carlos Machado, Antoninho Trento, Eduardo Antônio Dalmora, Pedro Palanicki, Romildo Conte, Pedro Zonta, Edmundo Coletto, Otílio Monaco, José Fernando Santos, Ruy Senff, Nelson Senff, Raul Rosalinski, Francisco de Souza, Hermínio Coletto e José Roberto Abagge.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário seja encaminhado expediente a Sua Excelência o Senhor Governador do Estado no sentido de ser encaminhado apelo ao Ministério dos Transportes e Superintendência da Rede Ferroviária Federal S/A., visando a construção com urgência da ligação ferroviária trecho Tibagi-Desvio Ribas, cujo projeto já se encontra devidamente elaborado pelo 1.º Batalhão Ferroviário.

Tal apelo se faz visando estabelecer uma melhoria na exploração ferroviária entre os transportes das cargas que tramitam no Ramal de Guarapuava entre Engenheiro Gutierrez, Uvaranas e Desvio Ribas, no Tronco Sul, permitindo inclusive a eliminação das linhas ferroviárias do centro da cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 05 de abril de 1982.

(a) FABIANO BRAGA CÔRTEZ

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado à Delegacia Regional do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal - IBDF, para que o mesmo informe o que se segue:

- a) Quantas empresas, no período de 1970 a 1980, utilizaram benefícios fiscais aprovados pelo IBDF na região?
- b) Quais as empresas beneficiadas?
- c) Dos projetos aprovados, quais eram para plantio com recursos oriundos de benefícios fiscais aprovados pelo IBDF?
- d) Do total de projetos quantos realmente foram implantados?
- e) Existe alguma área em letígio onde o IBDF tenha permitido que a empresa MADEZATTI, apresentou ao IBDF?
- f) Quantos hectares tinha o projeto (total) que a MADEZATTI, apresentou ao IBDF?
- g) O IBDF confirma que poderá ocorrer assoreamento do Porto de Paranaguá devido a má aplicação técnica de Projetos Florestais?
- h) Quais os critérios que o IBDF usou para aprovar os projetos tanto do plantio de palmito como de uso de madeira?

Sala das Sessões, em 05 de abril de 1982.

(a) JOSÉ TAVARES

JUSTIFICATIVA:

A situação do litoral paranaense é preocupante. A situação do município de Guaraqueçaba mais ainda. As denúncias frequentes de entidades e personalidades responsáveis nos dão conta da deterioração progressiva do meio-ambiente, incluindo aqui o presidente da ADEA, Associação de Defesa Ambiental.

O mais grave é que este município se caracteriza por conflitos cada vez mais intensos em torno da disputa da terra. A imprensa estadual e nacional tem divulgado esta situação que coloca de um lado os posseiros, homens pobres e humildes, que ali moram há muitos anos. De outro, grandes grupos econômicos que através de intimidação querem e conquistam terras para fins meramente especulativos.

Região pobre, grande parte das terras de Guaraqueçaba são inexploradas e nas mãos de latifúndios improdutivos. Grandes empresas vivem em constante conflito e, no centro, a população, sofrendo os resultados. A região de Guaraqueçaba é uma das únicas que possui riqueza inigualável de flora e fauna e o seu desmatamento poderá causar danos irreparáveis. Diante deste quadro é que levantamos nossa preocupação e gostaríamos de ver esta Casa informada, pelo órgão competente, da situação e de sua intervenção.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente à Delegacia Regional do Banco Nacional de Habitação, para que aquela autoridade informe o que se segue:

- a) Qual o número de conjuntos habitacionais que foram construídos na cidade de Londrina?
- b) Qual o número exato de casas ali construídas?
- c) Quais os valores pagos pela COHAB-LD., com o conhecimento do Banco Nacional de Habitação pela aquisição dos terrenos utilizados para a construção dos referidos conjuntos?
- d) Quais os critérios adotados pelo Banco Nacional de Habitação, através de sua Delegacia Regional, para as referidas aquisições?
- e) Quais as pessoas que venderam os terrenos à COHAB-LD.?

Sala das Sessões, em 05 de abril de 1982.

(a) JOSÉ TAVARES

JUSTIFICATIVA:

Os comentários a respeito dos assuntos relacionados são os mais desencontrados. Toda a comunidade londrinense questiona os valores reais pagos pela aquisição dos mais diferentes terrenos. Questiona também o número exato de conjuntos e respectivas casas.

Tratando-se de assuntos que envolve dinheiro público, creio ser de absoluto direito do povo londrinense, buscar tais informes. Creio também ser de interesse do próprio Poder Público prestá-las. Daí a razão deste requerimento.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, oficie-se ao Senhor Secretário de Estado dos Recursos Humanos, seja dada nova oportunidade de inscrição no processo de ascensão funcional aos servidores que perderam o teste seletivo, ou que não foram convocados para prestarem esse teste.

Sala das Sessões, em 05 de abril de 1982.

(a) ANTÔNIO FACCI

JUSTIFICATIVA:

Milhares de servidores estaduais, pertencentes ao Quadro do Plano de Classificação do Estado, do antigo Quadro Único do Pessoal do Poder Executivo, Quadro este reestruturado pela Lei n.º 7242, de 17/12/80, não puderam participar de uma das etapas do processo de ascensão funcional, realizada pela Secretaria de Estado dos Recursos Humanos. Uns, porque não tiveram oportunidade de tomarem conhecimento da publicação da relação de nomes constantes do Diário Oficial de 13 de janeiro do corrente ano, por se encontrarem em férias. Outros, a maioria, porque, por qualquer razão desconhecida, deixaram de ser convocados para o referido teste seletivo, sendo que seus nomes não constaram das convocações feitas em Diário Oficial.

Louve-se a atitude do Governo do Estado e da própria Secretaria de Estado dos Recursos Humanos em criar um quadro especial para os servidores em geral, que não pertenciam a qualquer quadro específico de determinadas carreiras do funcionalismo público estadual. Louve-se também a oportunidade que foi dada a tantos e tantos servidores, antigos no Estado, para que melhorassem seus vencimentos, através, não só de promoções no sentido horizontal de seu cargo, mas também dando oportunidade a que esses servidores subissem de categoria funcional dentro da carreira proposta, sendo que muitos deles já vinham exercendo de fato essas funções, embora não de direito, porque nada vinham percebendo pelo tra-

balho que desempenhavam.

Entretanto, não obstante a boa vontade da Secretaria de Estado dos Recursos Humanos em promover tais servidores, antigos no Estado, milhares deles não constaram da relação publicada em Diário Oficial do dia 13 de janeiro do corrente ano, e, por conseguinte, não puderam participar do concurso seletivo interno, na mesma forma dos convocados por Diário Oficial do dia 13/01/82, e nas mesmas condições em que os convocados fizeram inscrição e participaram do referido teste.

Senhor Presidente, tem o presente requerimento a finalidade de solicitar ao Senhor Secretário de Estado dos Recursos Humanos, que nova oportunidade seja dada a todos esses funcionários públicos estaduais, antigos no serviço público, pertencentes ao Quadro Especial criado pela Lei n.º 7242/80, para que tenham condições de participarem de processo de ascensão funcional, por meio de nova inscrição e novo teste seletivo, nas mesmas condições em que participaram os demais servidores já chamados e aprovados em concurso seletivo feito anteriormente por aquela Secretaria de Estado.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado ao Superintendente do Instituto de Previdência do Estado - IPE, um pedido de informações sobre o plano de construção de casas para o funcionalismo do Estado, em convênio com a Caixa Econômica Federal. Do pedido de informações devem constar as seguintes questões:

1) Quantos se inscreveram para obter casa própria através deste plano do IPE em convênio com a Caixa Econômica Federal firmado em outubro de 1979?

2) Quantos foram atendidos?

3) O programa está paralisado? Por quê?

4) Como pretende o IPE cumprir este programa?

Sala das Sessões, em 05 de abril de 1982.

(a) NELTON FRIEDRICH

JUSTIFICATIVA:

Segundo informações, inclusive divulgadas pela imprensa, inscreveram-se para este plano da casa própria do funcionalismo estadual mais de 20 mil funcionários. Até hoje, apenas mil foram atendidos. O convênio com a Caixa Econômica Federal foi firmado em outubro de 1979, portanto há dois anos e 6 meses. É grande a frustração do funcionalismo público estadual que esperava ver atendida sua aspiração de casa própria através deste plano formulado pelo IPE. Justo que esse Instituto responda sobre a situação desse programa e quais as perspectivas de vê-lo cumprido.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem no uso de suas atribuições regimentais, requerem, após ouvido o Plenário, sejam suspensas as Sessões dos dias 7 e 8 deste, para que nestes dias sejam realizadas reuniões das Comissões.

Sala das Sessões, em 05 de abril de 1982.

(aa) GABRIEL MANOEL
TRAJANO BASTOS
ADALBERTO DAROS

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário da Casa, se oficie ao Excelentíssimo Senhor Desembargador ACYR LOYOLA, Digníssimo Corregedor Geral da Justiça do Estado solicitando a abertura de sindicância e conse-

quente afastamento das funções de Juíza de Direito da Vara Criminal de Cianorte, da Doutora MARIA HONI KINBASCHI, que vem desafiando as prerrogativas constitucionais dos advogados militantes naquela Comarca e que, na última sexta-feira, culminou na prisão de um representante da classe, originando a interveniência do Presidente da O.A.B., Seção do Paraná, Professor ALCIDES MUNHOZ NETTO.

Em face dessa ocorrência, em reunião de Presidentes das Sub-Secções da O.A.B., em Foz do Iguaçu, dezenas de advogados aprovaram um manifesto contra a referida autoridade, declarando seu irrestrito apoio aos advogados militantes na Comarca de Cianorte, os quais vem sofrendo sérias arbitrariedades e cerceamento no exercício da profissão.

Sala das Sessões, em 05 de abril de 1982.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

JUSTIFICATIVA:

Os atos arbitrários e o abuso de poder de autoridade, praticados pela Juíza de Direito da Vara Criminal de Cianorte, foram repelidos, energicamente, pelos presidentes de diversas subseções da O.A.B. do Paraná, endossados pelas assinaturas dos dirigentes da O.A.B., em nosso Estado, Professor ALCIDES MUNHOZ NETTO - Presidente, OTO LUIZ SPONHOLZ, Vice-Presidente e os Conselheiros EDUARDO ROCHA VIRMOND, JOSÉ TURIN, ADEMARO DA SILVA e dezenas de outras assinaturas. Nestas condições, cabe ao Excelentíssimo Senhor Corregedor Geral da Justiça do Estado, o eminente Desembargador ACYR LOYOLA, determinar a imediata abertura de sindicância e posterior inquérito administrativo para a apuração de tão graves irregularidades, providenciando, outrossim, o afastamento da Juíza de Direito da Comarca de Cianorte, até a elucidação dessas lamentáveis ocorrências que ferem, frontalmente, os mais comensuráveis princípios de liberdade - a que fazem jus os nobres defensores do Direito e da Justiça.

Projeto de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 03/82

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1.º - Serão arquivadas, mediante despacho da Presidência desta Assembléia Legislativa, as Proposições apresentadas até o ano de 1979 inclusive, sem aprovação, cuja tramitação não tenha atingido a fase de votação.

§ 1.º - O autor da Proposição, ou na sua falta, os líderes de bancadas, poderão solicitar mediante requerimento à Presidência, dentro do prazo de 10 (dez) dias, da publicação desta Resolução, o prosseguimento da tramitação da Proposição que pretenda manter o andamento legislativo.

§ 2.º - As Proposições referidas neste artigo, serão relacionadas pelo Departamento Legislativo e enquanto não se esgotar o prazo previsto no parágrafo anterior, terão suas tramitações suspensas junto àquele Departamento.

Art. 2.º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05 de abril de 1982.

(aa) JOÃO MANSUR
AUGUSTO CARNEIRO
NILSO SQUAREZI

JUSTIFICATIVA:

Inúmeras Proposições que são apresentadas e que por várias razões perderam a sua oportunidade e desinteresse, tramitam junto as diversas Comissões Técnicas e seções do Departamento Legislativo, sem que haja motivo para serem submetidas à deliberação do Plenário.

Assim é praxe que regularmente em certos períodos seja autorizado o arquivamento com o fim de agilizar o processo legislativo e não sobrecarregar o Plenário com matérias que por sua natureza e finalidade já perderam a oportunidade.

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI N.º 33/82

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a “ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE PRESBITERIANA”, da cidade de Curitiba, com sede à Rua Comendador Araújo, 343.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05 de abril de 1982.

(a) AUGUSTO CARNEIRO

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se o presente pedido uma vez que a Associação Beneficente Presbiteriana, sob a paternalidade da Igreja Presbiteriana de Curitiba, desde 1955 vem prestando reais serviços filantrópicos a uma grande clientela carente de recursos financeiros, morais e espirituais, sem distinção de cor, religião ou política. Inúmeras são as pessoas de espírito altruísta que colaboram para a manutenção da mesma.

A Associação Beneficente Presbiteriana mantenedora do Lar Hermínia Scheleder, além de abrigar os menores abandonados, ainda lhes oferece atendimento médico, odontológico e psicológico e o que é mais importante o apoio cristão tirando-os da marginalidade e encaminhando-os na senda do trabalho e do dever.

Justifica-se ainda mais, porque a Entidade em pauta preenche os quesitos pertinentes a Lei n.º 6994.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao nobre Deputado José Domingos ScarPELLINI.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Aproximadamente há dez dias atrás, vínhamos à esta tribuna para fazermos denúncias a respeito da prisão dos estudantes que foram presos pela Polícia Militar, levados em um camburão até à Polícia Federal, pregressados e interrogados, fichados e enquadrados na Lei de Segurança Nacional. Estes jovens estudantes da nossa Capital ficaram incomunicáveis e, como um protesto à uma situação esdrúxula, entraram em greve de fome, greve esta que perdurou por aproximadamente cinco dias.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, denunciemos uma arbitrariedade cometida pela Polícia Militar, referendada pela Polícia Federal que, mais uma vez, constrói a indústria do comunismo como forma de sobrevivência. E, mais uma vez, a Democracia brasileira foi humilhada e ultrajada.

Um jornal do Interior do Estado do Paraná, pelo fato de que teríamos pedido as providências ao Sr. Ministro da Justiça, publica que o PMDB sai em defesa dos comunistas. Sr. Presidente, Srs. Deputados, não estávamos defendendo a implantação de um regime comunista. Estávamos defendendo o direito que todo o cidadão tem de pensar, de ir e vir, o direito de ampla defesa.

No entanto, o Ministro Ibrahim Abi-Ackel, em telex enviado à este Deputado na sexta-feira, dava conta e me informava que teria sido adotada por ele todas as providências solicitadas pelo telex n.º 277/82, de 30 de março de 1982. Este telex, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que enviei ao Sr. Ministro da Justiça, estava pedindo apenas justiça no Estado do Paraná. Estava pedindo que os direitos individuais garantidos pela Constituição fossem respeitados; que a liberdade que todo cidadão tem, fosse respeitada, e o Ministro da Justiça entendeu por bem acionar o seu poder de controle sobre a Polícia Federal e colocar em liberdades jovens estudantes, idealistas que são, porque o Ministro entendeu que não era uma grotesca prisão...

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Não havendo mais oradores para o Pequeno, nem para o Grande Expediente, consulto a Liderança do PMDB se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Nelson Friedrich.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Nós temos repetidas vezes visto a encenação de alertas que no nosso entendimento não passam de ameaças, com referências ao perigo do confronto entre Oposição e Governo.

Ainda ontem, setores da grande imprensa do País, registravam a manifestação do senador Jarbas Passarinho, dizendo que não é verdade, há que se alertar para o confronto e o clima revanchista, temendo que o radicalismo de certos setores oposicionistas, acabe levando ao inaceitável confronto com a revolução, colocando em risco o processo de abertura política, que segundo dizia, prevê até a absorção de metade dos governos estaduais pela Oposição. E dizia mais, estamos assistindo o ressurgimento do velho oportunismo de políticos, que querem ganhar as eleições de qualquer jeito, aceitando para isso qualquer apoio e também por isso, estão forçando para que as eleições sejam plebiscitárias.

Ora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, acima de tudo é preciso neste instante, rememorar os compromissos, por exemplo do PMDB com a Nação brasileira. Os compromissos que o PMDB assumiu ao longo destes anos e que não passam evidentemente pela conciliação; e que acima de tudo desejam o confronto. Não o confronto violento, não o confronto das armas, mas que desejamos o confronto das urnas, para que a vontade popular de maneira até plebiscitária, possa dizer sim ou não, diante do Governo que temos há 18 anos. Queremos sim este tipo de confronto, porque entendemos que qualquer eleição procura acima de tudo, auscultar a vontade popular e portanto, aquele que decide, no caso o eleitor, está dando um veredicto. E todo veredicto confronta entre uma absolvição e uma condenação. Não podemos portanto aceitar este tipo de alerta que entendemos como ameaça, porque sabendo que não há mais sustentação popular, procuram mais uma vez industrializar o medo, o anti-comunismo, o anti-universidade, o anti-sindicalismo, o anti-organização do povo brasileiro. E esse tipo de prática, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós não aceitamos. Insistimos, porque temos um passado a respeitar. O PMDB foi um partido não constituído por teóricos que resolveram de repente fazer nascer uma agremiação partidária. A sua legitimidade se deu na prática, no dia a dia, na luta cotidiana. O PMDB acima de tudo obteve conteúdo programático pela sociedade, porque, ela avalizou nas urnas as propostas, as idéias de um espírito de luta dos peemedebistas.

Não aceitamos, portanto, este tipo de provocação. Mas, temos esta posição firme. Não sabemos que acima de tudo, desejamos uma oposição incisiva, uma oposição aberta, porque, caso contrário, nós estaríamos negando 18 anos de luta onde temos as cicatrizes do regime, mas, também, conquistamos a legitimidade através do voto popular em todo o Brasil.

Por isso, Sr. Presidente e Srs. Deputados, nesta segunda-feira para nós não servem esses comportamentos que hora aparecem, hora desaparecem como do Presidente do Senado, do Senador Jarbas Passarinho, porque, queremos efetivamente, ir às urnas. Quem efetivamente está sem compromisso com o povo, é um Governo que não aceita a decisão popular.

Que confronto maior nós temos hoje, do que a miséria da maioria e os privilégios abastados de uns poucos.

Que confronto maior existe hoje neste País, entre os banqueiros de dois milhões de lucros e um povo que sofre as dificuldades do dia a dia e esmagam as esperanças e o amanhã de toda uma Nação. Que confronto maior vemos, entre o menor abandonado e carente aos milhões no País e aquela minoria privilegiada e abastada que tudo pode e tudo tem.

Que confronto maior, perguntaríamos ao Senador Jarbas Passarinho, que quase mil conflitos de terra se arrastam por este País, enquanto o Governo descaradamente engana a Nação, vai à televisão e diz que tem aí um projeto de usucapião especial, dizendo que está dando terra ao homem que nela trabalha e na regulamentação da lei do usucapião, nega que propôs, porque, delimita e torna inócua a medida.

Que confronto maior este País tem Sr. Presidente e Srs. Deputados, com um povo que quer votar, eleições limpas e livres e um Governo que produz e reproduz casuísmos, que vem com pacotes sobre pacotes.

Ora, Sr. Presidente, este é o confronto que está sendo realizado na prática. Nós o queremos pacificamente nas urnas para que plebescitariamente o Governo diga, aliás, aceite o que o povo está a dizer, não aceitamos mais o autoritarismo, não aceitamos mais o modelo econômico, esse modelo político e consequentemente os desmandos sociais que produziram.

Por esta razão, nós precisamos cobrar posições, assumir os nossos compromissos, não renegar os nossos anos de luta, não queremos conciliação com quem não quer conciliação com o povo brasileiro, porque, cria um povo de minorias abastadas e de maiorias realmente desprivilegiadas.

Esta é a posição clara de uma oposição também incisiva, consciente e acima de tudo, destemida.

Concedo o aparte ao nobre Deputado Gernote Kirinus. O Sr. Gernote Kirinus — Pedi este aparte tão somente para parabenizá-lo por este brilhante discurso e a forma lúcida com que coloca o problema, a situação com que se encontra a democracia do Governo Figueiredo. Isto estre aspas, muito bem lembrado pelo nobre colega Lineu Turra.

Eu gostaria de acrescentar ao seu discurso e dizer apenas o seguinte: enquanto querem fazer medo, porque, medo tem e medo devem ter, não do povo, não do comunismo, mas, das urnas.

Enquanto, para eles se radicalizam nos casuísmos como muito bem disse Vossa Excelência, para nós da oposição é apenas um jogo democrático.

Aceitando, inclusive, as regras mais espúrias, mais descaídas deste jogo democrático.

Para eles é uma questão de radicalismo, porque, eles precisam se radicalizar, porque, para eles não é um simples jogo democrático; para eles, essas eleições são vida ou morte; para eles, significa o desemprego de Tribunais de Contas, desemprego de uma série de cabides de empregos criados para os bisnetos, para o avô, para o padrinho, para os compadres, para os amigos; para eles, é realmente, o desemprego de uma minoria que se apegou aos cofres públicos, e nunca soube, durante 17 anos, viver longe deles, para nós, é apenas um jogo democrático.

Se perdermos as eleições, voltamos cada um a sua profissão; voltamos, cada um, a lutar, voltando às nossas atividades

normais. Agora eles, se perderem. É uma questão de vida ou morte, porque perdem, com as eleições, o emprego do pai, do padrinho, do sobrinho, do irmão etc.

Somente para fazer esta observação. Por isso, os radicais, são eles, e não nós. Nós estamos apenas no jogo democrático.

Muito obrigado.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Agradeço o seu aparte muito claro, e que acrescenta, por certo, uma riqueza maior ao nosso pronunciamento.

Mas, nós não temos dúvidas de que quem criou algum confronto neste País, não fomos nós. Nós queremos a conciliação entre a Nação e o Estado; nós queremos o casamento entre o desejo do povo e a força do Poder e a ação dos governantes.

Nosso desejo, portanto, não é de confronto, e nem temos razões vingativas e revanchistas, porque queremos caminhar para frente, porque é assim que o dinamismo da política realiza. Mas, também temos, como disse antes, as nossas marcas, as nossas cicatrizes produzidas por esse regime, quando não admitiu que nós pudéssemos de maneira livre, democrática, organizarmos o povo brasileiro, e que o povo se manifestasse através do voto, elegendo Governadores, Prefeitos nas Capitais, Prefeitos nas áreas de segurança nacional e o Presidente da República.

E, acima de tudo, portanto, são esses compromissos com a democracia, que colocam o PMDB na prática política ser a esperança e a mudança neste País.

E o confronto, portanto, é apenas uma dedução, uma interpretação que acaba ocorrendo face ao que nós estamos fazendo, ao que estamos propondo e ao nosso trabalho, à nossa luta, a dinâmica que estamos desenvolvendo há tanto tempo.

Mas, vejamos Sr. Presidente e Srs. Deputados, também ontem setores da grande imprensa do Brasil traziam a entrevista do Presidente Ulisses Guimarães, e parece-me, com o seu raciocínio claro e extremamente evidente, respondeu a todas aquelas propostas, idéias ou ameaças de confronto revanchista, quando ele dizia: "Os compromissos do PMDB são os do programa do Partido; e o maior é com a Constituinte, é com a luta contra o sistema".

Basta isso, Sr. Presidente e Srs. Deputados, para demonstrar o que nos move, para onde queremos ir, executar o programa do Partido, e buscar, acima de tudo, a realização de uma Assembléia Nacional Constituinte livre e soberana, e, portanto, acaba, em verdade, sendo uma luta contra o sistema, não por nós, não porque estamos contra o Governo, é que o Governo está contra o povo; não porque estamos contra o sistema e o regime. É que o sistema e o regime estão contra a Nação.

E por esta razão é que nós pretendemos ficar com o povo brasileiro, com as nossas propostas, com a idéia da democracia, com o novo pacto social que é a Assembléia Constituinte, livre e soberana, o novo nome da paz social neste País.

Por isso é que nós viemos a esta tribuna, Sr. Presidente, Srs. Deputados, para registrar não um desabafo, mas este compromisso que o PMDB tem com a Nação brasileira e não haverá de renegá-lo, porque a luta destes últimos anos é uma luta que nos credencia perante a opinião brasileira, e nós não vamos, de maneira nenhuma, mistificá-la.

E basta dar, por exemplo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, para onde chega o Governo e o regime; onde é que se realiza o confronto. A denúncia recente do dia 31 de março de um companheiro nosso, Deputado do Estado de São Paulo, provando que o Governo do PDS daquele Estado, realizou em 3 anos, em 33 meses, 1 bilhão e 204 milhões de cruzeiros de pagamento e custas de mordomia, onde se incluem, entre outras coisas, gastos, por exemplo, com as boates "Oba-Oba" e o "Beco", com 70 convidados especiais.

Como, em 1979, só no mês de dezembro, o Governador do PDS de São Paulo, encerrou o mês gastando 21 milhões de cruzeiros de presentes e se transformando no mais novo papai noel do Morumbi.

O que dizer, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que o pródigo Governador de São Paulo, segundo a denúncia, gastou, no final de sua administração um total de 2,5 bilhões, valor superior ao orçamento anual de muitas cidades do Interior, principalmente em banquetes, distribuição de medalhas, boates, flores, festas e viagens.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, só o que gastou o Governo de São Paulo, em mordomias, durante os seus primeiros meses, daria para comprar 600 toneladas de arroz, 750 toneladas de feijão, ou ainda, mais de 4 milhões de quilos de batata.

Se a verba fosse aplicada em habitação, daria para construir, nada menos, do que 15 mil, 548 casas populares, em condições de abrigar mais de 78.000 pessoas!

Sr. Presidente, Srs. Deputados, quem faz o confronto são os atuais governantes. Entre as dificuldades, entre a extrema dificuldade de uma nação e de um povo, governos como esse do PDS de São Paulo, faz este acinte à Nação, dá uma bofetada na consciência do povo. E quem é que faz o confronto, Sr. Presidente?

Que o Senador Jarbas Passarinho diga quem é revanchista, quem é que está querendo confrontar?

Mas quem é que, de outro lado, quer que o povo construa um país pelas mãos da democracia, na ampla avenida da liberdade, para que possamos ter um encontro, no futuro, entre a Nação e o Estado, que eles dissociaram, divorciaram e criaram essa distância?

Por isso, o confronto é deles. Nós somos é pela democracia.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa consulta à Liderança do PTB se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado.

Havendo declinado, no horário da Liderança do PDS, concedo a palavra ao Sr. Deputado Jurandir Messias. (Ausente).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

Sobre a mesa, projeto de resolução de autoria da Comissão Executiva, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Augusto Carneiro, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Trajano Bastos, Gabriel Manoel e Adalberto Daros, respectivamente líderes do PMDB, PDS e PTB, solicitando sejam suspensas as

Sessões dos dias 7 e 8 do corrente, para que nestes dias sejam realizadas reuniões das Comissões. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 06/79, de autoria do Deputado GABRIEL MANOEL, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO METODISTA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL", de Abatiá, na forma e como especifica. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 82/81, de autoria do Deputado RUBEN VALDUGA, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO PARANAENSE CONTRA O FUMO — ANTIFUMO", com sede na Cidade de Curitiba. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 126/81, de autoria do Deputado JURANDIR MESSIAS, que concede o Título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Desembargador ACYR SALDANHA DE LOYOLA. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 105/81, oriundo de Parecer ao Projeto de Lei n.º 192/80, aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que autoriza a realização de plebiscito na área descrita, do Município de Santa Helena, a fim da respectiva população decidir sobre a criação do Município de São José. — **Aprovado, artigo por artigo.**

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 39/80, de autoria do Deputado GABRIEL MANOEL, que cria o Município de "FIGUEIRA", com sede na localidade do mesmo nome, Território desmembrado dos Municípios de Curiúva, Sapopema e Ibaiti, com as divisas que especifica. Parecer FAVORÁVEL à aprovação do projeto nos termos de EMENDA SUBSTITUTIVA apresentada pelo autor do mesmo, por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 39/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica criado o Município de FIGUEIRA, com sede na localidade do mesmo nome, território desmembrado dos Municípios de Curiúva, Sapopema e Ibaiti e divisas seguintes:

"A linha perimetral do Município de Figueira tem início em um ponto situado na nascente do Ribeirão da Areia Branca e segue por este até o ponto em que recebe o Ribeirão das Pedras. Sobe por este até a nascente de onde segue por linha seca rumo Noroeste até encontrar o divisor de águas constituído pela Serra Grande ao longo do qual segue rumo Norte até encontrar a estrada de Sapopema à Congoinhas. Ao longo da qual segue rumo Norte até encontrar o Córrego do Veado, pelo qual desce até sua foz no Rio Laranjinha pelo qual sobe até o ponto em que este recebe o Ribeirão das Pombas, o qual sobe até o ponto em que cruza a Estrada Figueira-Ribeirão do Pinhal, a qual acompanha rumo Norte até sua confluência com a estrada que demanda a Ibaiti, na localidade denominada Fazenda Cambui e segue por esta rumo Leste até o ponto em que cruza o Ribeirão do Tigre descendo por este até sua foz no Ribeirão do Rumo, o qual sobe até sua nascente a partir de onde segue por linha seca rumo Sul

até encontrar a nascente do afluente pela margem direita do Ribeirão da Capivara o qual desce até a foz, descendo então pelo Ribeirão da Capivara até o ponto em que desemboca no Rio Laranjinha, pelo qual sobe até o ponto em que recebe o Rio Alecrim. Subindo então por esse até a foz do Arroio da Casa da Pedra pelo qual se sobe até sua nascente, seguindo por linha seca rumo Oeste-Noroeste até a nascente do afluente do Arroio da Esperança pelo qual se desce até sua foz; sobe-se o Arroio da Esperança até a nascente seguindo depois por linha seca rumo Norte até encontrar a nascente do Ribeirão Areia Branca, encontrando o ponto de partida da linha perimetral.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27 de maio de 1980.

GABRIEL MANOEL

JUSTIFICATIVA:

O município que se pretende criar, reúne todas as condições que a legislação exige.

Isso prova suficientemente que Figueira apresenta os requisitos de natureza social, econômica, política e urbana capazes de sustentar vida autônoma e, mais do que isso, se transformar em polo de desenvolvimento da região.

Por outro lado, Figueira se constitui hoje no centro de atividade industrial e extrativa, absorvendo toda a mão-de-obra dos municípios circunvizinhos.

Dessa forma, a criação do município convém a todas as comunas situadas geograficamente próximas de Figueira.

PROJETO DE LEI Nº 39/80 EMENDA SUBSTITUTIVA

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A:

Art. 1º — Fica criado o Município de FIGUEIRA, com território desmembrado do Município de Curiúva e com as seguintes divisas:

— Começa na nascente do Ribeirão da Areia Branca e segue por este até o ponto em que recebe o Ribeirão das Pedras, seguindo por este até o Rio Laranjinha, e seguindo por este até encontrar o Ribeirão São Francisco, e por este até encontrar o Córrego Tabuão, até a nascente do Arroio da Esperança e deste por uma linha seca até a nascente do Ribeirão da Areia Branca, ponto de partida.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16 de setembro de 1981.

(a) GABRIEL MANOEL

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 39/80

P A R E C E R:

O presente plano de lei tem por finalidade erigir à categoria de município, o Distrito de Figueira, desmembrado dos Municípios de Curiúva, Sapopema e Ibaiti, com as divisas que especifica.

Realizado o plebiscito para se dar cumprimento ao mandamento legal, a população local acorreu às urnas para, maciçamente, externar sua aprovação à criação do novel município.

Tal votação caracteriza o desejo de emancipação daquele progressista Distrito que ora se transforma em município, com excelentes condições de constituir uma forte comuna do Paraná.

Retorna agora, o processado a esta Comissão, a fim de receber o necessário parecer.

Cumpridas que foram, cuidadosamente, as formalidades legais e regimentais, inexistem óbices de qualquer natureza à normal tramitação do projeto, devendo agora ir a Plenário e

merecer a aprovação final.

Em tais circunstâncias, nosso parecer é Favorável à aprovação do projeto, nos termos da Emenda apresentada pelo autor, de fls. 20.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 31 de março de 1982.

(aa) PAULO CAMARGO — Presidente

AIRTON CORDEIRO — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 60/81, de autoria do Deputado DAVID CHERIEGATE, que cria o Município de BRAGANEY, com sede na localidade do mesmo nome e território desmembrado do Município de Corbélia, com divisas que especifica. Parecer Favorável à aprovação do projeto nos termos da Emenda Substitutiva apresentada pelo autor do mesmo, por unanimidade. Em Regime de Urgência. — Aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 60/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A:

Art. 1º — Fica criado o Município de BRAGANEY, com sede na localidade do mesmo nome e território desmembrado do Município de Corbélia, e divisas seguintes:

I — AO NORTE — divisa com o Distrito de Iguatu: do Rio Tourinho, onde divide com os lotes 10 e 13 da Gleba 10, segue a divisa dos mesmos até alcançar a divisa do lote 11 -A (onze - A), com o 12 - B (doze - B) da Gleba 10 e seguindo por ela até o Rio Veado, descendo este até a barra do Rio Novais, subindo o Rio Novais até a divisa das Glebas 8 e 9 pelos lotes 85, 81 e 82, número 9, e com os lotes 26, 25 e 24 da Gleba número 8, até alcançar o Rio Sapucaí ou Rebouças;

II — A OESTE — divisa com a sede do município: da divisa das Glebas 8 e 9 pelos lotes 82 da Gleba número 9, com o lote 24 da Gleba número 8, que se encontra com o Rio Sapucaí ou Rebouças, subindo suas águas até a barra do Rio Piquirizinho, subindo as águas deste até a barra do Rio Bonito, subindo o Rio Bonito até alcançar a divisa do Município de Corbélia com o Município de Cascavel;

III — AO SUL — divisa com o Município de Cascavel: do Rio Bonito seguindo a divisa do Município de Corbélia com o Município de Cascavel, até alcançar o Rio Tourinho;

IV — A LESTE — divisa com o Município de Guaraniáçu: do Rio Tourinho onde divide com o Município de Cascavel, desde suas águas até alcançar a divisa dos lotes 10 e 13 da Gleba número 10, ponto de partida.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26 de junho de 1981.

(a) DAVID CHERIEGATE

Apoiamto: WERNER WANDERER, ANTÔNIO FACCI,
JOSÉ DOMINGOS TEIXEIRA, GABRIEL SAMPAIO e
EGON PUDELL

PROJETO DE LEI Nº 60/81 SUBSTITUTIVO

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A:

Art. 1º — Fica criado o Município de BRAGANEY, com sede na localidade do mesmo nome e território desmembrado do Município de Corbélia, e divisas seguintes:

Partindo da Ponte do Rio Rebouças ou Sapucaí, na Gleba 10, seguindo por linha seca a antiga estrada Iguatu a Cobélia até a nascente do Córrego Taquarussu e seguindo por este até o Rio Novais; daí segue pelo Rio Novais até a Barra deste com o Rio Piquirí; subindo por este até alcançar a barra do Rio Tourinho, sobe por este até alcançar a divisa com o Município de Cascavel. Daí segue pela defesa dos Municípios de Corbélia e Cascavel até alcançar o Rio Bonito. Daí segue pelo Rio Bonito

até alcançar o Rio Piquirizinho, segue por este até alcançar o Rio Rebouças ou Sapucaí, ponto de partida.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26 de junho de 1981.

(a) DAVID CHERIEGATE

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 60/81

PARECER:

O presente plano de lei tem por finalidade erigir à categoria de município, o Distrito de Braganey, desmembrado do Município de Corbélia, com as divisas que especifica.

Realizado o plebiscito para se dar cumprimento ao mandamento legal, a população local acorreu às urnas para, maciçamente, externar sua aprovação à criação do novel município.

Tal votação caracteriza o desejo de emancipação daquele progressista distrito que ora se transforma em município, com excelentes condições de constituir uma forte comuna do Paraná.

Retorna agora o processado a esta Comissão, a fim de receber o necessário parecer.

Cumpridas que foram cuidadosamente as formalidades legais e regimentais, inexistem óbices de qualquer natureza à normal tramitação do projeto, devendo agora ir a Plenário e merecer a aprovação final, nos termos da Emenda apresentada pelo autor de fls. 64.

Em tais circunstâncias, nosso parecer Favorável à aprovação do projeto - Emenda.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 31 de março de 1982.

(aa) PAULO CAMARGO — Presidente

GABRIEL SAMPAIO — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 109/81, de autoria do Deputado AUGUSTO CARNEIRO, que cria o Município de ALTAMIRA, sediado na localidade do mesmo nome, desmembrado do Município de Palmital. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. Em Regime de Urgência. - Aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 109/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica criado o Município de ALTAMIRA, sediado na localidade do mesmo nome, com território desmembrado do Município de Palmital, e divisas seguintes:

“Começa na foz do Rio Preto, no Rio Cantú, subindo por este pela sua margem esquerda até sua nascente, ali em linha reta e seca, até a nascente do Rio das Ervas; descendo o Rio das Ervas pela sua margem direita, até sua foz no Rio Piquiri, descendo o Rio Piquiri pela sua margem direita até alcançar a foz do Rio Cantú; subindo o Rio Cantú pela sua margem esquerda até alcançar a foz do Rio Preto, ponto inicial”.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29 de setembro de 1981.

(a) AUGUSTO CARNEIRO

JUSTIFICATIVA:

O constante e volumoso crescimento verificado nos últimos anos nessa comunidade, por si só já justifica o pedido, que ora formulamos em nome do laborioso povo altamirense.

Já há alguns anos a população reclama pela emancipação política de sua cidade, que aliás é direito adquirido em face do progresso gerado pelo trabalho de todos aqueles que aportaram nas férteis terras da região e, muito mais, ser independente é anseio de todos os povos que se organizam para promover seu bem-estar.

Formulamos tal pedido baseado em lei que ampara a matéria, mas o fazemos ainda mais, porque conhecemos a localidade e sabemos o quanto sua emancipação haverá de propulsionar ainda mais o seu vertiginoso crescimento. Além da necessidade de promover sua emancipação por questão de direito, sentimos que a distância que separa o distrito da sede, ou seja, aproximadamente 70 km, de estrada sem asfalto vem tolhendo o que poderia ser mais do que já é.

Ora, nós que somos do interior sabemos por experiência própria o quanto uma distância dessa entrava o progresso de uma comunidade, uma vez que sabemos também que tal distância implica, na maioria das vezes em regular conservação, independente da vontade dos administradores.

Uma localidade do porte de Altamira por não ser município e com isso não contar com determinados órgãos indispensáveis ao seu desenvolvimento, sua população vê-se obrigada a deslocar-se até a sede do Município de Palmital o que ocasiona inúmeros e indesejáveis prejuízos. Verifica-se também, que o Município de Palmital, pelo seu exuberante porte, ao perder parte de seu território para o município que se pretende criar, não sentirá prejuízos de nenhuma espécie uma vez que a área desmembrada não chega a um terço do remanescente.

A necessidade de promover a emancipação política dessa localidade já se faz sentir há anos, pois, seu povo, sua gente, assim como todos os homens livres, precisam de condições para gerir o seu próprio destino, uma vez que empiricamente um município já pré-existe ao se formar as suas entidades sociais com regras e estatutos dando a cada uma, condições essenciais de autonomia e subsistência.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 109/81

PARECER:

O presente plano de lei tem por finalidade erigir à categoria de município o Distrito de Altamira, desmembrado do Município de Palmital, com as divisas que especifica.

Realizado o plebiscito para se dar cumprimento ao mandamento legal, a população local acorreu às urnas para, maciçamente, externar sua aprovação à criação do novel município.

Tal votação caracteriza o desejo de emancipação daquele progressista Distrito, que ora se transforma em município, com excelentes condições de constituir uma forte comuna do Paraná.

Retorna agora o processado a esta Comissão, a fim de receber o necessário parecer.

Cumpridas que foram cuidadosamente as formalidades legais e regimentais, inexistem óbices de qualquer natureza à normal tramitação do projeto, devendo agora ir a Plenário e merecer a aprovação final.

Em tais circunstâncias, nosso parecer é Favorável à aprovação do projeto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 31 de março de 1982.

(aa) PAULO CAMARGO — Presidente;

GABRIEL SAMPAIO — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 114/81, de autoria do Deputado TERCIO ALBUQUERQUE, que cria o Município de SANTA TEREZINHA, com sede na localidade do mesmo nome, território desmembrado do Município de Foz do Iguaçu e divisas que especifica. Parecer Favorável à aprovação do projeto, nos termos da Emenda Substitutiva apresentada pelo autor do mesmo, por unanimidade. Em Regime de Urgência. - Aprovado :

PROJETO DE LEI Nº 114/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica criado o Município de SANTA TEREZINHA, com sede na localidade do mesmo nome, território desmembrado do Município de Foz do Iguaçu e divisas seguintes:

I — NORTE— Partindo da ponte da estrada de Santa Helena sobre o Rio Passo Cuê, sobe por este curso, no sentido leste, até a sua nascente aproximadamente na divisa do Município de Foz do Iguaçu, com o Município de São Miguel do Iguaçu.

II — LESTE — Partindo do Rio Passo Cuê, mais ou menos à altura de sua nascente, na divisa municipal com o Município de São Miguel do Iguaçu, segue por essa no sentido sul até encontrar a picada da antiga linha telegráfica, que margeia a estrada velha de Guarapuava, no ponto em que esta última transpõe o Rio Apepu.

III — SUL — Descendo a picada antiga da linha telegráfica acima descrita no sentido oeste, percorre uma extensão de aproximadamente 17.000 metros, alcançando em ponte localizada aquém da ponte sobre o Arroio Sanga Funda, localizada na Fazenda Bonozo, no canto sudoeste da divisa do Patrimônio da Colonizadora Criciuma Ltda.

IV — OESTE — Do canto sudoeste da divisa do Patrimônio da Colonizadora Criciuma Ltda., parte em sentido norte, seguindo a linha divisória do patrimônio da firma referida, até o ponto em que esta deriva a leste, indo daí, em ângulo de mais ou menos 90º para Oeste numa distância aproximada de 1.800 metros onde reflete ao Norte e em linha reta alcançando a estrada de Santa Helena, pela qual desce, ainda na direção norte até a ponte nessa estrada sobre o Rio Passo Cuê, no ponto de partida.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06 de outubro de 1981.

(a) TÉRCIO ALBUQUERQUE

JUSTIFICATIVA:

Nossa intenção, traduzindo o anseio da população que subscreve o memorial em anexo, é a elevação do Distrito Administrativo e Judiciário de Santa Terezinha, pertencente ao Município de Foz do Iguaçu à categoria de município. O referido distrito é altamente populoso, talvez mais do que grande parte de muitos municípios de nosso Estado, tendo portanto, estrutura capaz de manter tal transformação.

Conta a localidade de Santa Terezinha atualmente, entre outras obras e melhorias, uma agência do Banco do Estado do Paraná, uma agência do Banco Bamerindus do Brasil, uma agência da REPRO do Banco do Brasil, Correios e Telégrafos e inúmeros aparelhos telefônicos ligados ao sistema DDI, mostrando desta forma a pujança daquela localidade, que justifica a urgente necessidade da criação e instalação do município aqui proposto.

Desta forma, parece-nos que a reivindicação que ora fazemos nesta Casa, ampara-se tanto em fatores sócio-populacionais, quanto nas exigências de ordem legal, não existindo portanto arestas que possam impedir a transformação do Distrito já mencionado, em município.

Assim sendo, esperamos dos ilustres Pares que se dê o devido apoio e posterior aprovação na medida que ora apresentamos.

PROJETO DE LEI Nº 114/81
EMENDA

O caput do art. 1º, passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º — Fica criado o Município de SANTA TEREZINHA de Itaipu, com sede na localidade de Santa Terezinha, território desmembrado do Município de Foz do Iguaçu e divisas seguintes”.

Palácio “XIX de Dezembro”, em 08/02/82

(a) TÉRCIO ALBUQUERQUE

JUSTIFICATIVA:

A modificação que ora pretendemos seja feita ao Projeto original de nossa autoria que visa a criação do Município de Santa Terezinha, está fundamentada em dispositivo da Lei Orgânica dos Municípios, que no seu Art. 2º prevê:

“Art. 2º — Na denominação dos Municípios, Distritos observar-se-ão as seguintes normas:

— Não se repetirão nomes de cidades ou vilas brasileiras já existentes;

II —

Assim, acrescentando-se a denominação de “Itaipu” estará diferenciando o município de outro já existente, com a mesma denominação, no Estado de São Paulo.

Esta denominação foi escolhida pela própria população quando consultada, na ocasião do plebiscito ali ocorrido.

Estes os motivos que nos levaram a propor a presente emenda.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 114/81

PARECER:

O presente plano de lei tem por finalidade erigir à categoria de município o Distrito de Santa Terezinha, desmembrado do Município de Foz do Iguaçu, com as divisas que especifica.

Realizado o plebiscito para se dar cumprimento ao mandamento legal, a população local acorreu às urnas para, maciçamente, externar sua aprovação à criação do novel município.

Tal votação caracteriza o desejo de emancipação daquele progressista distrito, que ora se transforma em município, com excelentes condições de constituir uma forte comuna do Paraná.

Retoma agora o processado a esta Comissão, a fim de receber o necessário parecer.

Cumpridas que foram cuidadosamente as formalidades legais e regimentais, inexistem óbices de qualquer natureza à normal tramitação do projeto, devendo agora ir a Plenário e merecer a aprovação final.

Em tais circunstâncias, nosso parecer é Favorável à aprovação final.

Em tais circunstâncias, nosso parecer é Favorável à aprovação do projeto e Emenda apresentada pelo autor constante de fls. 33.

É o parecer.

(aa) PAULO CAMARGO — Presidente
DÁCIO LEONEL — Relator

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Airton Cordeiro, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Olga Kost Scherer, ocorrido nesta Capital. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Agibert Filho, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Simão Perich, ocorrido na cidade de Pitanga. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Airton Cordeiro, constante do expediente, solicitando voto de regozijo pelo transcurso, no dia 02 de abril, do aniversário de fundação do Rotary Club de Curitiba Norte. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Airton Cordeiro, constante do expediente, solicitando voto de regozijo pela posse da nova Diretoria e Conselho Fiscal da Associação Paranaense de Supermercados — APRAS. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Túlio Zanchet,

constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Olga Kost Scherer, ocorrido nesta Capital. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Friedrich, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado aos Srs. Governador do Estado e Secretário da Educação, encarecendo informações acerca da aplicação da Lei de aposentadoria de professores aos 25 e 30 anos de serviço. — Aprovado.

O SR. GABRIEL MANOEL — (Pela Ordem) Sr. Presidente, solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) A Mesa defere e procederá a verificação de votação.

(É procedida a verificação de votação)

10 Srs. Deputados aprovam; nenhum Sr. Deputado rejeita.

Não há "quorum" para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 06, terça-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 105/81.

2ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 39/80, 60, 109 e 114/81.

1ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 116 e 136/81.

Levanta-se a Sessão.

Atos da Comissão Executiva:

DECRETO LEGISLATIVO N.º 082/82

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

I — prover TÂNIA MARIANA BRAVIN FACCI, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Antônio Facci; e,

II — autorizar a mesma a prestar serviço extraordinário, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos.

(Protoc. n.º 1858) :

DECRETO LEGISLATIVO N.º 081/82

exonerar JOSÉ BARBOSA, do cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Antônio Facci.

(Protoc. n.º 1858).

Palácio "XIX de Dezembro", em 05/04/82

JOÃO MANSUR — Presidente

AUGUSTO CARNEIRO — 1.º Secretário

NILSO ROMEU SGUAREZI — 2.º Secretário

Atos da Diretoria Geral:

PORTARIA N.º 80/82

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

I — mandar contar, para todos os efeitos legais, em favor de AIMORÉ OD ROCHA, matrícula n.º 384, ocupante do cargo de Assistente Legislativo A, do Grupo Ocupacional Universitário, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias de 1981, que deixou de gozar; e,

II — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao seu acervo de serviço público, nos termos do Art. 248, da citada Lei n.º 6174, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções, durante o terceiro quinquênio, compreendido entre 03 de fevereiro de 1974 e 03 de fevereiro de 1978, antecipado em razão da incorporação referente ao segundo quinquênio e das férias de 1974, 1975 e 1976, contadas em dobro.

(Protoc. n.º 650).

PORTARIA N.º 81/82

conceder ao funcionário RUY RIBAS DE OLIVEIRA, matrícula n.º 257, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias, referentes ao exercício de 1982, a partir de 30 de março de 1982.

(Protoc. n.º 2037)

Gabinete da Diretoria Geral, em 02/04/82

PAULO DE TARSO DE OLIVEIRA ABBAS

DIRETOR GERAL

PORTARIA N.º 82/82

I — revogar a Portaria n.º 289/81, que designou para prestar serviços como Motorista no Gabinete da Diretoria Geral, o funcionário ALZIRO SANTIN, contratado deste Poder, e,

II — designar o mencionado funcionário, para prestar serviços como Motorista no Gabinete da Presidência.

PORTARIA N.º 083/82

revogar a Portaria n.º 167/78, que autorizou JOSÉ BARBOSA, ocupante do cargo de Assessor Parlamentar, símbolo 3-C, com lotação no Gabinete do Deputado Antônio Facci, a prestar serviço extraordinário, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos.

Gabinete da Diretoria Geral, em 05/04/82

PAULO DE TARSO DE OLIVEIRA ABBAS

DIRETOR GERAL

FUNDO ESTADUAL DE PREVIDÊNCIA DO PARLAMENTAR – FEPPA

B A L A N C E T E
MÊS DE DEZEMBRO DE 1981

DÉBITO			CRÉDITO		
Banco do Estado do Paraná			Rendas Diversas	41.266.666,67	
Agência Centro Cívico	2.587.123,66		Rendas de Contribuições	13.439.325,07	54.705.991,74
Agência Muricy	16.295,15				
Caixa Econômica Federal			Patrimônio Líquido		61.640.620,03
Conta Poupança	16.078.137,03				
Banco do Estado do Paraná					
Conta Poupança	12.425.970,44				
Empréstimos Concedidos	22.812.984,45				
Valores Mobiliários	48.878.636,28	102.799.147,01			
Material Consumo	24.296,70				
Serviços de Terceiros	212.144,00				
Pensionistas	11.815.446,00				
Seguros	280.687,00				
Despesas Bancárias	1.184.791,06	13.517.364,76			
Móveis e Utensílios		30.100,00			
TOTAL		116.346.611,77	TOTAL		116.346.611,77

RECONHEMOS A EXATIDÃO DO PRESENTE BALANCETE A IMPORTÂNCIA DE “CENTO E DEZESSEIS MILHÕES, TREZENTOS E QUARENTA E SEIS MIL, SEISCENTOS E ONZE CRUZEIROS E SETENTA E SETE CENTAVOS”.

VICENTE PASCHOAL RODACKI
Contador - CRC-Pr.6635

ANTÔNIO FACCI
Presidente

TRAJANO BASTOS DE OLIVEIRA
Tesoureiro

FUNDO ESTADUAL DE PREVIDÊNCIA DO PARLAMENTAR – FEPPA
BALANCETE
MÊS DE NOVEMBRO DE 1981

DÉBITO		CRÉDITO	
Banco do Estado do Paraná		Rendas Diversas	35.054.577,74
Agência Centro Cívico	185.285,67	Renda de Contribuições	12.135.367,21 47.189.944,95
Caixa Econômica Federal			
Conta Poupança	13.367.370,43	Patrimônio Líquido	61.640.620,03
Banco do Estado do Paraná			
Conta Poupança	8.668.156,56		
Empréstimos Concedidos	21.939.561,89		
Valores Mobiliários	52.378.636,28 96.539.010,83		
Material Consumo	20.758,70		
Serviços de Terceiros	104.950,00		
Pensionistas	10.735.975,00		
Seguros	215.147,00		
Despesas Bancárias	1.184.623,45 12.261.454,15		
Móveis e Utensílios	30.100,00		
TOTAL	108.830.564,98	TOTAL	108.830.564,98

RECONHECEMOS A EXATIDÃO DO PRESENTE BALANCETE SOMANDO A IMPORTÂNCIA DE “CENTO E OITO MILHÕES, OITOCENTOS E TRINTA MIL, QUINHENTOS E SESSENTA E QUATRO CRUZEIROS E NOVENTA E OITO CENTAVOS”.

VICENTE PASCHOAL RODACKI
 Contador-CRC-6635-Pr

ANTÔNIO FACCI
 Presidente

TRAJANO BASTOS DE OLIVEIRA
 Tesoureiro

FUNDO ESTADUAL DE PREVIDÊNCIA DO PARLAMENTAR – FEPPA
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS
EXERCÍCIO DE 1982

VARIAÇÕES ATIVAS		VARIAÇÕES PASSIVAS	
RECEITAS CORRENTES		DESPESAS CORRENTES	
Renda de Contribuições	13.439.325,07	Despesas de custeio	13.517.364,76
Receita de Valores Mobiliários	41.266.666,67	Resultado Patrimonial Pelo verificado no exercício	41.188.626,98
TOTAL	54.705.991,74	TOTAL	54.705.991,74

ANTÔNIO FACCI
Presidente

TRAJANO BASTOS DE OLIVEIRA
Tesoureiro

VICENTE PASCHOAL RODACKI
Contador - CRC Pr 6635